

**HABEAS CORPUS Nº 489.442 - MG (2019/0011806-8)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**ADVOGADOS : ANA CAROLINA VIEIRA GONÇALVES DA SILVA -**  
**MG070048**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : CARLOS ESTEVÃO GOMES DE CARVALHO (PRESO)**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO. INDULTO. DECRETO N. 8.380/2014. TRÁFICO DE DROGAS PRIVILEGIADO. POSSIBILIDADE. AFASTAMENTO DO CARÁTER HEDIONDO DO DELITO. JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE E DO STF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. PARECER ACOLHIDO.

Ordem concedida a fim de cassar o acórdão hostilizado e restabelecer a decisão do Juízo da Vara de Execução Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, que concedeu o pedido de indulto do ora paciente, com base no Decreto n. 8.380/2014, sem considerar o crime de tráfico privilegiado como fator impeditivo para sua obtenção.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Carlos Estevão Gomes de Carvalho**, em que se aponta como órgão coator o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Agravos em Execução n. 1.0024.14.022281-1/001).

Consta dos autos que o Juízo de Direito da Vara de Execução Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG deferiu o pedido de concessão de indulto do ora paciente – que cumpria pena em razão de condenação pelo crime de tráfico de drogas privilegiado – nos termos do Decreto n. 8.380/2014 (fls. 30/31).

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo em execução penal no Tribunal mineiro, que deu provimento ao recurso para considerar a hediondez do tráfico privilegiado (fls. 35/41).

Daí o presente *writ*, no qual a impetrante alega que o crime pelo qual

o paciente foi condenado não pode ser equiparado à hediondo.

Aduz que não há qualquer óbice constitucional para concessão do indulto ao paciente.

Requer a cassação do acórdão vergastado e a concessão do indulto nos termos do Decreto n. 8.380/2014.

O pedido liminar foi deferido pelo Ministro João Otávio de Noronha, Presidente deste Superior Tribunal, em 17/1/2019 (fls. 63/65).

Informações prestadas (fls. 69/84), o Ministério Público Federal ofereceu parecer pela concessão da ordem (fls. 87/89).

É o relatório.

Como afirma o nobre parecerista, o caso é de concessão da ordem.

O Tribunal *a quo*, ao cassar a decisão do Juízo da Vara de Execução Criminal, entendeu que o tráfico privilegiado é crime equiparado aos hediondos (fls. 35/41).

Todavia, a partir do julgamento do HC n. 118.533/STF, o Supremo Tribunal Federal adotou o entendimento de que o tráfico privilegiado de drogas não possui caráter hediondo.

No mesmo sentido, a Terceira Seção desta Corte Superior, no julgamento da Pet n. 11.796/DF, representativa da controvérsia (Tema 600), firmou o entendimento segundo o qual o tráfico ilícito de drogas, na sua forma privilegiada (art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006), não é crime equiparado a hediondo, o que deu ensejo ao cancelamento da Súmula n. 512/STJ.

Ressalte-se que a jurisprudência firmada por esta Corte é no sentido de que a vedação à concessão de indulto prevista no art. 9º do Decreto n. 8.380/2014, não abrange os condenados por tráfico privilegiado, já que não há menção expressa ao § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Nesse sentido, confira-se:

**HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. CONCESSÃO DE INDULTO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE ACENTUADO GRAU DE REPROVABILIDADE DA CONDUTA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. ORDEM CONCEDIDA.**

1. Ainda que o art. 5º, XLIII da Constituição Federal não mencione, expressamente, a impossibilidade de concessão de indulto aos condenados pela prática do crime de tráfico de drogas, esse benefício, por ser uma espécie do gênero "graça" (que nada mais é do que um indulto individual), está abrangido pela vedação constitucional. Por conseguinte, uma vez que há vedação expressa no texto constitucional, não pode um decreto prever a possibilidade de concessão de tal benefício aos agentes condenados pelo cometimento de tal delito.

2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sessão realizada em 23/6/2016, por ocasião do julgamento do HC n. 118.533/MS, concluiu que o crime de tráfico de drogas, quando objeto de redução da pena por incidência da minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 (chamado "tráfico privilegiado"), não deve ser considerado crime de natureza hedionda.

3. Ao retirar o caráter hediondo do crime de tráfico de drogas nos casos em que há incidência da minorante prevista no § 4º do referido dispositivo legal, apenas foi afastada a ideia de elevado grau de reprovabilidade, por equiparação com os crimes hediondos, que é inerente aos crimes previstos no art. 33, caput e § 1º da Lei n. 11.343/2006. A conduta delituosa do agente que é beneficiado com a citada minorante continua sendo a de tráfico de drogas, porquanto o § 4º não prevê uma nova conduta típica ou um tipo penal autônomo, mas tão somente uma causa especial de diminuição de pena.

4. Embora a conduta delituosa do agente que é beneficiado com a minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 continue sendo a de tráfico de drogas (haja vista que o § 4º não prevê uma nova conduta típica ou um tipo penal autônomo, mas tão somente uma causa especial de diminuição de pena), é possível favorecê-lo com a concessão de graça ou anistia (e, consequentemente, de indulto), por não existir, em sua conduta, o caráter de acentuado grau de reprovabilidade que é inerente aos crimes hediondos e aos a eles equiparados.

5. Conquanto o tráfico de drogas, com a incidência da minorante, não deixe de ser crime de tráfico, deve-se conferir uma interpretação conforme ao inciso XLIII do art. 5º, para concluir, no que diz respeito especificamente à expressão "tráfico ilícito de entorpecentes", que a vedação constitucional alcança, tão somente, as condutas previstas no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas) e as descritas no art. 33, § 1º, dessa lei (condutas equiparadas), em que não há a redução de pena do § 4º.

**6. Se o Decreto n. 8.615/2015, ao elencar as pessoas que não seriam alcançadas com as benesses nele previstas, o fez à semelhança do rol**

proibitivo previsto na Constituição Federal, também é razoável a conclusão de que o rol do art. 9º não engloba aqueles indivíduos que foram condenados por tráfico de drogas e foram beneficiados com a causa especial de diminuição de pena prevista no § 4º, tal como o ora paciente.

**7. Ordem concedida para**, confirmada a liminar anteriormente deferida, **afastar o impedimento de concessão de indulto ao paciente** - em relação à condenação em que lhe foi imposta a pena de 4 anos, 8 meses e 4 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do crime previsto no art. 33, caput e § 4º, da Lei n. 11.343/2006 (Processo n. 0004643-70.2016.8.26.0509) -, **determinando, por conseguinte, ao Juízo das Execuções Criminais que examine os demais requisitos necessários para a concessão do referido benefício.**

(HC n. 411.328/SP, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 09/10/2017 - grifo nosso)

Ante o exposto, confirmando a liminar, **concedo** a ordem a fim de cassar o acórdão hostilizado e restabelecer a decisão do Juízo da Vara de Execução Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, que concedeu o pedido de indulto do ora paciente, com base no Decreto n. 8.380/2014, sem considerar o crime de tráfico privilegiado como fator impeditivo para sua obtenção.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator